

RESENHA

NEGROS DO TROMBETAS: GUARDIÕES DE MATAS E RIOS

por Lindomar de Jesus de Sousa Silva³

ACEVEDO, R.; CASTRO, E. *Negros do Trombetas: guardiões de matas e rios*. 2ª ed. (revista e ampliada). Belém: Cejup, 1999.

O livro *Negros do Trombetas: guardiões de matas e rios*, de autoria das professoras e pesquisadoras do Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (Naea/Ufpa) Rosa Acevedo e Edna Castro, constitui uma obra de grande valor para compreensão histórica, social, política e cultural das comunidades remanescentes de quilombos na Amazônia. Nele encontramos as estratégias dessas comunidades, alicerçadas num “usufruto de regime comum” dos recursos naturais e do território, que constituem as bases para o enfrentamento aos padrões privados e econômicos conduzidos pelo Estado e pelos grandes empreendimentos dotados de racionalidade econômica e orientados sob “uma lógica de lucros, benefícios e competitividade” (p. 32). Na introdução, as autoras definem a obra como uma contribuição ao “exame antropológico de etnias e territorialidade sob ameaça na Amazônia”.

Essa contribuição reconstrói de modo profundo a história dos habitantes da região do Trombetas, ou *filhos do Trombetas*, “como costumam identificar-se ante os visitantes” (p. 28). Com base nas análises de registros históricos e relatos dos descendentes dos primeiros moradores, o livro constrói a trajetória econômica, social e política das comunidades, principalmente a relação destas com um território marcado por um sistema hidrográfico denso e complexo, capaz de limitar a circulação de comerciantes, viajantes e religiosos e favorecer a constituição de uma existência livre aos “corridos da escravidão, vindos de Alenquer, de Óbidos e de Santarém”.

3 Sociólogo, Doutor em Ciência do Desenvolvimento Socioambiental pela NAEA/Ufpa. Pesquisador de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar da Embrapa..

Esse território abrigou mais de 6 mil negros, formando a maior área livre do Grão-Pará e, depois, da província, com forte identidade étnica, eles familiares, atividades agroextrativas e uso comum do território, ao “longo do rio Trombetas, da boca do Cuminá até a Cachoeira Porteira e subindo o Erepecuru (e Comuná)” (p. 42).

A história e o território dotaram essas comunidades de uma complexidade social, uma organização econômica e cultural peculiar. Um mundo original que serve como base para uma ação política capaz de superar a invisibilidade imposta pela lógica capitalista. Essas comunidades expõem um projeto de resistência e vida enraizado em uma “estratégia que operam como ativadoras de uma identidade que se ancora na metáfora do quilombo e no reconhecimento de remanescente” (p. 3). No livro fica evidente que o conhecimento histórico, a relação social e ambiental, com forte afirmação da etnicidade, são os elementos que permitem a compreensão de como essas comunidades se fortalecem internamente e aumentam a clareza da sociedade com as quais se confrontam e, assim, afirmam o seu “projeto coletivo de emancipação”.

O primeiro capítulo tem como central o debate da exclusividade negra no Trombetas construída a partir de uma trajetória histórica marcada inicialmente pela busca de um habitat capaz de garantir a segurança e a liberdade dos escravos fugitivos através de atividades agroextrativas e uso comum do território. Na formação histórica, essas comunidades interagiram com a cabanagem e com os ciclos econômicos, como o do cacau e o da castanha, sendo que nesse processo construíram estratégias de resistência e interação com atores que orientavam a mercantilização produtiva naquele período. Nesse capítulo fica evidente que a relação com o ambiente e o território do Trombetas foi essencial para o processo de interação com a sociedade paraense, produzindo uma forma particular de garantir as condições para a estabilidade e autossuficiência no plano econômico, além de uma organização social e cultural capaz de estabelecer relação, muitas vezes clandestina, com instituições da época da escravidão.

No segundo capítulo, as autoras expõem o processo histórico e as bases da conquista e ocupação do médio Trombetas, iniciando com o relato da penetração no século XIX, passando por quase um século de exclusividade de ocupação, a constituição do quilombo e o fim da escravidão, como também as estratégias adotadas em cada período histórico. Nesse capítulo fica evidente que essas comunidades sofreram constantes ameaças na afirmação do território, ameaças que vieram através do retalhamento de atividades

econômicas, de discursos ideológicos atribuindo a elas uma categoria menor e buscando impor sua adequação à lógica da sociedade nacional, principalmente participando do seu esquema produtivo e de organização territorial fundamentado no individualismo, visando sempre a busca do crescimento econômico.

Estão presentes no capítulo, ainda, as dificuldades enfrentadas pelas comunidades negras, como os aspectos físicos da região, contribuindo para uma organização com forte enraizamento no parentesco. Um dos exemplos das dificuldades enfrentadas está presente nos relatos de Henri Coudreau sobre a cachoeira, muitas vezes vista por ele como “o inferno”. Quando entra no mundo das cachoeiras e transpõe a primeira delas, logo escreve: “deus protege quem se arrisca a atravessar a floresta virgem” (p. 95). Para as autoras, as dificuldades físicas do território contribuíram para que as comunidades adquirissem um conhecimento especializado, presente nas atividades produtivas e na produção de material com ampla utilização dos recursos naturais, como as espécies madeireiras e não madeireiras. Essas comunidades integram-se à economia da região na década de 1860, com a colocação no mercado de sua produção extrativista (óleo de copaíba, salsaparrilha, madeira e outros), expressa nas estatísticas econômicas do Baixo Amazonas da época.

O capítulo encerra com a exposição de que a organização familiar e de poder nas comunidades constitui-se por regras que mantêm a organização e fortalece a tradicionalidade, permitindo o diálogo com a sociedade externa sem comprometer a vivência comunitária. Nessas comunidades, o individual e o coletivo compõem um “campo complexo na formação social e material”, visível na relação com a terra, no trabalho, nas trocas culturais, nas cerimônias e festas, aspectos fundamentais para a coesão, a identidade, a afirmação territorial e étnica.

O terceiro capítulo inicia com a constatação de que as “condições ambientais menos duras de sobrevivência mobilizaram a força do grupo para incorporar domínios territoriais no Médio e Alto Trombetas e Erepecuru (ou Cuminá)” (p. 125). Essa caminhada fez com que, até o presente, se encontrem famílias acima da cachoeira.

Para as autoras, tem ocorrido um retorno a áreas antes abandonadas devido às recentes pressões e ao cercamento de terras e águas sob a direção do IBF/Ibama, com a criação da Unidade de Conservação no Trombetas. O deslocamento na região que abrange o Trombetas, incluídas as áreas de cachoeiras, seguiu dinâmicas voltadas a facilitar a comercialização e as

melhores condições de utilização dos recursos naturais. Esse processo de movimentação no decorrer da história guarda momentos de deslocamento, intercepções e abandono principalmente devido ao surgimento de epidemias como a malária, varíola, beribéri, leishmaniose. O abandono de áreas teve reflexo imediato nas atividades produtivas, como no caso da produção do cacau. Nesse período houve uma reformulação na dinâmica produtiva, e as teias de relação sofreram modificações, principalmente em função do controle de propriedade e poder. O extrativismo mostrou seu dinamismo e as comunidades negras ganharam importância, principalmente na extração de produtos florestais e pelo fato de estarem territorializadas em áreas próximas a ricos castanhais.

Esse capítulo mostra também o funcionamento da patronagem na região, num formato que ultrapassou o campo econômico, a busca da apropriação das ricas terras do Trombetas, com investidas legais realizadas em cartórios das regiões de Óbidos e Oriximina. As autoras fazem uma reflexão sobre o conceito de título e sua contradição com o estilo de vida das comunidades remanescentes. Fica evidente, na abordagem, que a lógica jurídica privativa de propriedade busca invisibilizar e suprimir a forma coletiva das comunidades tradicionais. Na verdade, a estrutura construída pelo Estado, valorizando grupos econômicos, não conseguiu compreender a relação histórica e coletiva desenvolvida pelas comunidades. Essa lógica oficial favoreceu a patronagem, principalmente em áreas de coleta de castanhais. Para Acevedo e Castro, mesmo diante da intensidade de exploração dos recursos naturais e das investidas desagregadoras do Estado e dos detentores do poder econômico, as comunidades não se dispersaram; ao contrário, “no transcorrer desde século aprofundaram a identidade étnica, referida de forma concreta e significativa a territórios do rio Trombetas e Erepecuru, onde têm permanecido sem maior fragmentação de relações sociais e intercomunitárias”, evidenciando a forte “capacidade de reprodução sobre as bases de sua identidade étnica e domínio territorial” (p. 148).

O quarto capítulo expõe a afirmação dos filhos do Trombetas, ressaltando seus conhecimentos de geografia, estrutura e arquitetura, mostrando um processo de afirmação étnica e territorial. Para as autoras, a organização espacial “integra-se a uma lógica que alimenta seu modo de vida” (p. 155), além de uma prática de cooperação e associação com influência da dinâmica interna e a relação estabelecida com a sociedade em geral. Há nas comunidades uma forte valorização dos “velhos” como pessoas que guardam a

memória, sendo que as decisões que envolvem a comunidade seguem os parâmetros e normas construídos no decorrer do tempo.

O capítulo ainda traz a reflexão sobre os padrões jurídicos que regulam a propriedade fortemente enraizada na privacidade e como esses padrões são contraditórios quando comparados à forma como índios e remanescentes de quilombos organizam sua vida, o que mostra o desconhecimento da modalidade de terra comum pelas instituições jurídicas brasileiras. No caso do Trombetas, “os negros mantêm, na concepção e na prática, terras comuns, pois institucionalizam um sistema de regras que alimentam o seu modo de produção” (p. 158). Essas práticas estão na raiz do processo de reprodução das comunidades e regulam as práticas coletivas e domésticas. Como forma de superar suas limitações, essas comunidades desenvolveram, ao longo do tempo, práticas coletivas como o puxirum e a troca de dias, além de um hábil aproveitamento dos ciclos das águas e da natureza.

O capítulo ainda expõe a modificação da patronagem, ocorrida na década de 1960, principalmente com o aumento da relação e da concorrência da presença de pequenos comerciantes para compra de produtos como a castanha, principalmente com a facilidade das embarcações movidas a motor. Nesse período, ainda ocorrem mudanças principalmente em relação aos patrões, que desistem de organizar a safra, o que “coincide com interesses manifestados por empresas, do sul do país ou multinacionais, de se instalarem nas áreas” (p. 192). Há, também, registro de vendas de terras a empresas como a Jari-Santa Patrícia e a Mineração Rio do Norte. Essas empresas intervêm no Trombetas desconsiderando a presença negra, “nega-lhe a visibilidade” (p. 193) em seus documentos de estudos, sendo que, quando esses moradores são citados em relatórios (como o Rima da Alcoa), são caracterizados como ribeirinhos ou em tons pejorativos.

Uma modificação presente na década 1970 é a decretação da Reserva Biológica do Trombetas, à margem esquerda do rio, área reconhecida pelos moradores como rica em castanhais. Com a reserva biológica se estabeleceram limites e proibição de acesso, o que atingiu diretamente as condições de trabalho das comunidades. A conclusão do capítulo mostra os novos desafios para as comunidades, principalmente a limitação e proibição de acesso às áreas vitais para sua reprodução, como também a ação de repressão com a confiscação de instrumento de trabalho, coleta, caça e pesca, afetando com mais força algumas comunidades e outras menos, por exemplo Mãe Cué e Abuí, que, segundo as autoras, “reúnem as condições

de reprodução de suas áreas de roça, pesca, caça e coleta, mesmo que isso importe maiores deslocamentos e cuidados” (p. 202).

No quinto capítulo, as autoras traçam os desafios contemporâneos dos filhos do Trombetas no território onde, há décadas, construíram sua existência, vivência e memória no pulsar das águas e da natureza. O desafio contemporâneo das comunidades está em “recriar formas de rebeldia e estratégias de lutas, como condição de manter” seu território, hoje pretendido por grandes empreendimentos minerais e do setor elétrico. Os interesses pelos territórios das comunidades negras passaram dos grandes comerciantes extrativistas para empresas multinacionais e nacionais como Jari, Petrobras, Andrade Gutierrez, Mineração Rio do Norte, Alcoa e órgãos do Estado, como o Ibama e outros. A entrada de novos atores no Trombetas causou desestruturação e segregação na vida comunitária, além de atos de violência física, como despejos de famílias, agressão às comunidades negras, com ampla repercussão nacional. Nesse contexto, o papel do Estado foi de avalizar e financiar os empreendimentos voltados à acumulação privada e destinados a atender à demanda internacional.

Para as autoras, a montagem da Mineração Rio do Norte evidencia “uma estratégia particular de ocupação e domínio de um território conformado na cumplicidade entre o Estado e empresa” (p. 207). Essa tal cumplicidade despreza as comunidades e a heterogeneidade dos ecossistemas, visando criar um espaço homogêneo voltado a abrigar grandes empreendimentos. As constantes tensões vivenciadas pelas comunidades levam à utilização da memória como estratégia de reflexão capaz de guiá-las no enfrentamento dos novos investimentos da sociedade capitalista, que ameaçam a liberdade e o modo de vida construídos ao longo de décadas. A busca pela manutenção da memória e da etnicidade pode ser vista na resistência e nos desafios enfrentados pelas comunidades de Mãe Cué e Boa Vista, em razão da sua proximidade com a empresa e seus constantes investimentos econômicos, sociais e simbólicos.

A conclusão do livro diz que as comunidades dos filhos do Trombetas articulam sua ação presente com forte conexão com o passado, o que reforça a formulação de um projeto político “centrado no reconhecimento de direitos de permanência nas terras ancestrais” (p. 244). No campo das resistências, a construção de articulação e redes faz com que essas comunidades articulem mediadores e interação com a sociedade política. Esse processo busca garantir seus direitos tendo como base um sistema de pro-

priedade comum e acesso aos recursos pela criação da Reserva Biológica do Trombetas.

No âmbito do processo atual, as autoras lembram que “os velhos, especialmente, são os portadores das imagens do passado e do presente e expressão a antinomia entre a liberdade e escravidão”; já os mais jovens refletem a “liberdade e a discriminação”, sendo que cada discurso compõe um “fazer político” com novas abordagens teóricas e atores que passam a construir a história. É evidente no livro que o mundo social e a ação política constituem uma dinâmica própria, um sistema complexo pautado em uma história relacionada com a natureza e o território, o que confere aos filhos do Trombetas autoridade e autonomia para trilhar seu próprio caminho. Portanto, o livro *Negros do Trombetas: guardiões de matas e rios* pode ser considerado leitura obrigatória para os que buscam conhecimento da realidade a partir das comunidades tradicionais da Amazônia; comunidades estas muitas vezes invisibilizadas pelos interesses do Estado e de empresas e pelas formulações teóricas comprometidas com o *status quo*.

